

ALMADA

ARQUEOLOGIA | PATRIMÓNIO | HISTÓRIA LOCAL

1982-2007

A ARQUEOLOGIA PORTUGUESA EM REVISTA

25

ANOS



Teatro Romano de Lisboa:
os caminhos da descoberta

O Ritual da Cremação
através da análise dos restos ósseos

Arqueologia Empresarial
e produção do conhecimento

1ª Série | n.º 15
Dezembro 2007
12 euros



CENTRO DE ARQUEOLOGIA DE ALMADA

ficha técnica

al-madan IIª Série, n.º 15, Dezembro 2007

Propriedade

Centro de Arqueologia de Almada
Apartado 603 EC Pragal
2801-601 Almada PORTUGAL
Tel. / Fax 212 766 975
E-mail secretariado@caa.org.pt

Registo de imprensa 108998

Http://www.almadan.publ.pt

ISSN 0871-066X

Depósito Legal 92457/95

Director Jorge Raposo (director.almadan@clix.pt)

Conselho Científico Amílcar Guerra, António Nabais,
Luís Raposo, Carlos Marques da Silva e Carlos Tavares da Silva

Redacção Rui Eduardo Botas, Ana Luísa Duarte,
Elisabete Gonçalves e Francisco Silva

Colunistas Mário Varela Gomes, Amílcar Guerra, Victor Mestre,
Luís Raposo, António Manuel Silva e Carlos Marques da Silva

Colaboram neste número Associação Profissional de Arqueólogos, Maria de Fátima Abraços, Mila Simões de Abreu, Elisa Albuquerque, Maria José de Almeida, Miguel Almeida, Sara Almeida, Pedro Barros, Filipa Bragança, Sandra Brazuna, Jacinta Bugalhão, Guilherme Cardoso, António Rafael Carvalho, Pedro Sobral de Carvalho, António Chéney, Manuela Coelho, José Correia, Miguel Correia, António Costa, Eugénia Cunha, Manuela de Deus, Adriaan De Man, Ana Luísa Duarte, Lídia Fernandes, Isabel Cristina Fernandes, Ângela Ferreira, Maria Teresa Ferreira, Nádya Figueira, Alexandra Figueiredo, Iola Filipe, Tiago Fontes, Ana Sofia Gomes, Mário Varela Gomes, António Gonzalez, Amílcar Guerra, Constança Guimarães, Maria João Jacinto, Vítor Oliveira Jorge, Maria de Jesus Kremer, Francisco Sande Lemos, João Lizardo, Virgílio Lopes, Sandra Lourenço, António Martins, Samuel Melro, Henrique Mendes, Victor Mestre, Paulo Alexandre Monteiro, Rui Morais, João Muralha, António Nabais, Filipa Neto, Nuno Neto, Maria João Neves, Luiz Oosterbeek, Rui Parreira, Luís Pereira, Teresa Rita Pereira, João Perpétuo, Miguel Pessoa, João Pimenta, Marina Pinto, Museu da Cidade de Lisboa, Paulo Oliveira Ramos, João Raposo, Jorge Raposo, Luís Raposo, Paulo Rebelo, Jorge Davide Sampaio, Severino Rodrigues, Helena Ruz, Anabela P. de Sá, Raquel Santos, Suzana Pombo dos Santos, Ana Raquel Silva, António Carlos Silva, António Manuel Silva, Carlos Tavares da Silva, Filipa Cortesão Silva, António Monge Soares, Ana Margarida Vale, António Carlos Valera, Gonçalo Leite Velho, Alexandra Vieira e Gertrudes Zambujo

Publicidade Elisabete Gonçalves

Apoio administrativo Palmira Lourenço

Resumos Jorge Raposo (português), Luisa Pinho (inglês)
e Maria Isabel dos Santos (francês)

Modelo gráfico Vera Almeida e Jorge Raposo

Paginação electrónica Jorge Raposo

Tratamento de imagem Jorge Raposo e Cézer Santos

Ilustração Jorge Raposo

Revisão Maria Graziela Duarte e Fernanda Lourenço

Pré-impressão GC Design Ldª

Impressão Printer Portuguesa

Distribuição Centro de Arqueologia de Almada

Tiragem 1500 exemplares

Periodicidade Anual

Apoios Câmara Municipal de Almada e Câmara Municipal do Seixal

FCT Fundação para a Ciência e a Tecnologia
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR



Capa Luís Duarte de Barros e Jorge Raposo

Composição gráfica sobre fotografia de escavação
arqueológica na olaria romana do Porto dos Cacos.
(Alcochete, 1990).

Fotografia © Jorge Raposo/Centro de Arqueologia de Almada

Com esta edição, *Al-Madan* completa 25 anos de existência, quinze dos quais na presente série, a segunda, iniciada em 1992. É um longo percurso, durante o qual o projecto evoluiu, cresceu e ganhou projecção nacional, ao mesmo tempo que muita coisa mudava nas áreas temáticas a que se dedica, nomeadamente no que à Arqueologia respeita – a disciplina ganhou estatuto de formação académica e de ocupação profissional; o seu “objecto” de aplicação diversificou-se e alargou-se a novas temáticas e “terrenos”; as metodologias complexificaram-se e enriqueceram-se no contacto com outras áreas de saber; as instituições de tutela substituíram-se umas às outras, ao sabor de diferentes orientações estratégicas (ou da falta delas!); a iniciativa privada ocupou gradualmente espaços antes assegurados pela administração pública ou abertos pelo forte crescimento da procura impulsionado por novos enquadramentos legislativos; os profissionais deram os primeiros passos no sentido da sua organização e auto-regulação; etc.

Boa parte desta transformação, radical sob muitos pontos de vista, está reflectida nas páginas dos volumes de *Al-Madan* publicados ao longo dos anos, a ponto da própria revista poder ser encarada como um dos protagonistas e agentes dessa transformação. Reflectir sobre o seu próprio percurso e sobre a história recente da Arqueologia portuguesa é, pois, o tema central desta edição.

Para tal recorreu-se ao discurso directo e informado de diversos outros protagonistas, que partilham com os leitores experiências pessoais e sínteses do que de mais relevante ocorreu nesse período, nos planos institucional, social, organizativo e associativo, mas também da relação com outras ciências e da produção de conhecimento em várias temáticas específicas, da Pré-História aos períodos medieval e pós-medieval, à museologia e à Arqueologia industrial.

O dossiê deste número inclui também um contributo para a cronologia sistemática da Arqueologia portuguesa do último quarto de século, a qual será também colocada no sítio Internet da *Al-Madan Online*, com possibilidade de actualização e incorporação futura de colaborações que a enriqueçam e permitam corrigir erros e omissões.

Aliás, consolidando a experiência positiva de anos anteriores, esta revista continua a ser produzida simultaneamente em papel e em formato digital, pelo que, quando se torna possível ler estas páginas, também está acessível mais uma *Al-Madan Online - Adenda Electrónica*, disponibilizada na Internet para difusão alargada de outros conteúdos originais, em formato PDF (<http://www.almadan.publ.pt>).

No seu conjunto, os leitores encontrarão certamente muitos e bons motivos de interesse sobre o passado recente e o presente da Arqueologia portuguesa, e matéria para uma reflexão informada quanto ao seu futuro próximo.

Jorge Raposo

3 **Editorial** | Jorge Raposo

5 **Actualidade**



11 **Crónicas de...** pré-história antiga | **Luís Raposo** | p. 8

arqueologia clássica | **Amílcar Guerra** | p. 10

arqueologia portuguesa | **António Manuel Silva** | p. 13

arqueologia e museografia | **Mário Varela Gomes** | p. 15

arqueologia e património | **Victor Mestre** | p. 18

Arqueologia

21 **Detecção Automática de Villae** em meio rural no Portugal romano
Helena Rua

28 **Teatro Romano de Lisboa:** os caminhos da descoberta
e os percursos da investigação arqueológica
Lídia Fernandes

40 Abordagem ao **Ritual Funerário da Cremação** através da análise dos restos ósseos
Filipa Cortesão Silva

49 **O Povoado do Paço:** notícia preliminar
Anabela P. de Sá e António Chéney

53 Estruturas e Contextos da **Idade do Ferro em Viseu**
Sara Almeida, Pedro Sobral de Carvalho, João Perpétuo, Nádía Figueira e António Costa

Opinião

61 Inventário, Carta de Risco e *Corpus* dos **Mosaicos Romanos de Portugal:**
o seu significado para a conservação do património musivo português
Maria de Jesus Duran Kremer, Miguel Pessoa e Maria de Fátima Abraços

68 **Três Muralhas Urbanas** e alguns dos seus problemas
Adriaan De Man

75 **Arqueologia Empresarial e Produção do Conhecimento:**
uma análise crítica da situação portuguesa
António Carlos Valera

83 especial | 1982-2007

A ARQUEOLOGIA PORTUGUESA EM REVISTA

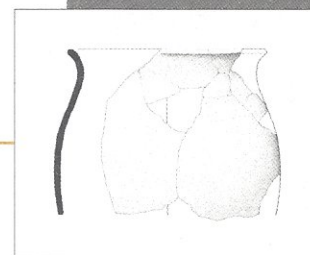
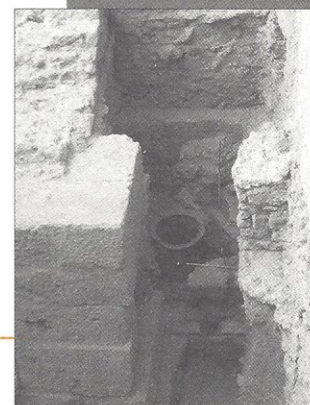
Jorge Raposo, Luiz Oosterbeek, António Carlos Silva, Rui Parreira,
Maria José de Almeida, Manuela de Deus *et al.*, Francisco Sande Lemos,
António Monge Soares, Eugénia Cunha, Luís Raposo, Mário Varela Gomes,
Carlos Tavares da Silva, Amílcar Guerra, Isabel Cristina Fernandes,
António Nabais e Paulo Oliveira Ramos

Património

143 **Minas de Carvão de S. Pedro da Cova:** breves apontamentos
Alexandra Vieira

149 **Livros** | 152 **Eventos** | 156 **Noticiário Arqueológico** | 169 **Notícias**

171 **A Descoberta** | 174 **Escavando on-line** | 178 **Recortes**



Cronologia

◀ 102 1992 (continuação) Informação sobre a associação e as suas actividades pode ser encontrada em <http://www.aparqueologos.org/>. Destaque para a publicação, em 2003, de *Nos 10 Anos da APA: que futuro para a Arqueologia profissional?*, coordenada por Sérgio Carneiro (Porto: APA).

● **1 Jun.:** publicação do Decreto-Lei n.º 106-F/92, que criou o Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico (IPPAR), em substituição do IPPC.

● **5-6 Jun.,** Lisboa: “Encontro sobre a Presença Fenícia nas Costas Sul e Norte do Mediterrâneo”, organizado pelo Instituto Oriental da Univ. Nova de Lisboa, com actas no vol. 4 (1993) da série *Estudos Orientais*, por este editada.

● **24 Out.,** Porto: “Encontro de Arqueologia” promovido pelo Grupo de Estudos Arqueológicos do Porto (GEAP), para debate de questões relativas à Idade do Ferro e à Época Romana.

● **28-31 Out.,** Tondela: “1ªs Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval: métodos e resultados para o seu estudo”. Até ao ano 2000, quando se realizou a quarta e última edição (24-27 Out.), constituiu um dos principais palcos para o debate da temática no nosso país. As actas das três primeiras Jornadas estão editadas pela autarquia local (1995, 1997 e 2003).

● **20-22 Nov.,** Mangualde: Encontro “O Megalitismo no Centro de Portugal”, com actas publicadas em 1995 (Viseu: Centro de Estudos Pré-Históricos da Beira Alta).

1993

● **Publicação** do n.º 2 (1ª Série) de *Al-Madan*, com um dossiê que integra o primeiro inquérito de âmbito nacional à situação dos museus portugueses com colecções de Arqueologia, promovido pelo CAA.



● **Publicação** de *Pré-História de Portugal*, de Armando Coelho Ferreira da Silva, Luís Raposo e Carlos Tavares da Silva (Lisboa: Univ. Aberta).

● **Publicação** do primeiro volume da *História de Portugal* dirigida por João Medina, intitulado “Dos Tempos Pré-Históricos aos Nossos Dias” (Lisboa: Ediclube).

● **Publicação** de *Património Arqueológico e Arquitectónico Classificado: inventário*, em edição coordenada por Flávio Lopes (Lisboa: IPPAR).

● **Publicação** de *Ilha do Pessegueiro: porto romano da costa alentejana*, de Carlos Tavares da Silva e Joaquina Soares (Lisboa: Instituto de Conservação da Natureza).

● **Publicação** do primeiro número da série *Estudos Pré-Históricos* (Viseu: Centro de Estudos Pré-Históricos da Beira Alta), de que saíram mais cinco volumes, até 1998.

● **Criação** da Rede de Trabalho da Fundação Europeia de Ciência sobre “The Palaeolithic Occupation of Europe”, representada em Portugal por Luís Raposo. Um primeiro encontro científico realizou-se em França (Tautau- ▶ 106

O Estado da Arqueologia em Portugal

uma reflexão interna

por Manuela de Deus, Pedro Barros, Filipa Bragança, José Correia, Ana Sofia Gomes, Sandra Lourenço, Ana Martins, Samuel Melro, Filipa Neto, Luís Pereira e Gertrudes Zambujo

Arqueólogos avançados do IGESPAR, I.P. (mdeus@ipa.min-cultura.pt; pbarros@ipa.min-cultura.pt; filipab@ipa.min-cultura.pt; jcorreia@ipa.min-cultura.pt; agomes@ipa.min-cultura.pt; sandral@ipa.min-cultura.pt; anam@ipa.min-cultura.pt; smelro@ipa.min-cultura.pt; fneto@ipa.min-cultura.pt; lpereira@ipa.min-cultura.pt; luisp@ipa.min-cultura.pt; gzambujo@ipa.min-cultura.pt).

A propósito das recentes reestruturações ao nível da tutela da Arqueologia e dentro da comemoração dos 25 anos da *Al-Madan*, revista que desde o início tem sido um espaço de debate sobre a actividade arqueológica e os modelos de gestão do Património, parece-nos oportuno efectuar uma reflexão colectiva por quem, por força das circunstâncias, não só trabalha na Instituição que tutela a maior parte do Património arqueológico, como também tem participado activamente num processo de mudança na Arqueologia portuguesa, delineado em finais dos anos noventa. Apesar de nos cingirmos a uma arqueologia de “estrutura oficial”, não pretendemos fazer um balanço da prática arqueológica e da sua gestão nos últimos 25 anos, nem mesmo nos últimos dez.

É inegável que o “dossiê Côa” marcou claramente um ponto de viragem com a prática arqueológica que até então vigorava, o que, associado a uma vontade política inédita a nível ministerial no domínio da Cultura, levou à criação do Instituto Português de Arqueologia (IPA) e à definição de uma nova política de gestão preventiva e de salvaguarda do Património arqueológico. Este novo organismo alicerçou-se, entre outros aspectos, num inventário e num arquivo centralizados do Património e da actividade arqueológica, na participação activa nos processos de ordenamento do território (Avaliações de Impacte Ambiental e Planos de Ordenamento) e na criação de serviços desconcentrados (Extensões Territoriais) com capacidade de resposta rápida.

A afectação de uma nova geração de arqueólogos a estes serviços, as condições acima enunciadas e a crescente profissionalização verificada na prática arqueológica, criaram um sentimento interno de projecto de equipa com um objectivo primordial: o da salvaguarda do Património arqueológico. Tratou-se de um projecto em que acreditámos, que viveu momentos melhores e piores, que errou em alguns aspectos, que ultrapassou vicissitudes e constrangimentos de vária ordem mas que, através da sua autonomia, criou expectativas positivas e legítimas na classe profissional quanto ao futuro da Arqueologia nacional.

Sem ousarmos falar em nome de uma geração, hoje na casa dos 30, consideramos que, de um modo geral, quem viveu estas transformações tinha uma atitude crítica mas optimista em relação ao destino da Arqueologia, a qual se tem vindo a perder.

Este era um projecto que poderia e deveria ser melhorado e consolidado em termos estruturais e institucionais, o que se foi tornando premente face a um mercado de trabalho arqueológico cada vez mais complexo e a um volume de informação absolutamente inédito, que urgia gerir. No entanto, verificou-se o contrário – a Instituição viveu em agonia durante metade do seu tempo de vida, assistindo-se, desde 2002, a uma crescente indefinição estratégica e ao seu lento desmoronar, com todos os efeitos negativos que daí advieram.

Em finais de 2006, é anunciada a extinção do IPA e do Instituto Português do Património Arquitectónico (IPPAR) e a criação do Instituto de Gestão do Património Ar-

Funcionários do IGESPAR Temem Não Renovar Contratos

“[...] Quarenta e cinco funcionários avançados do Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico (IGESPAR) foram antontem informados de que o Ministério das Finanças ainda não deu ordem para que os seus contratos, que expiram no dia 31, sejam renovados.

A direcção do IGESPAR está mais calma: confia que o parecer favorável dado pela tutela directa, o Ministério da Cultura, para a renovação dos contratos seja levado em conta pelo gabinete de Teixeira dos Santos.

A maior parte dos 45 funcionários do IGESPAR com contratos de avença são arqueólogos – 30, adiantou ao *Público* um dos arqueólogos que podem ser dispensados. Estes profissionais estavam afectos aos institutos que foram extintos para dar lugar ao actual IGESPAR: o Instituto Português do Património Arquitectónico e o Instituto Português de Arqueologia [...].

De acordo com o arqueólogo do IGESPAR, se os contratos não forem renovados, o Departamento de Salvaguarda do instituto “será drasticamente afectado”. Pelas contas deste arqueólogo, se os profissionais forem mesmo dispensados, o IGESPAR ficará a contar apenas com o trabalho de “entre cinco e dez arqueólogos”.

Sandra Silva Costa, *Público*, 2007-12-29

quitectónico e Arqueológico (IGESPAR, I.P.). Passado cerca de um ano, a notícia da não renovação dos contratos de avença dos técnicos superiores avançados que aí trabalhavam implicará a quase total paralisação de serviços vitais, como as Extensões Territoriais, a Divisão de Arqueologia Náutica e Subaquática, o Inventário do Património, a Biblioteca de Arqueologia, o Parque Arqueológico do Vale do Côa e o Serviço de Informática. A concretizar-se esta situação, agora ou num futuro próximo, ficará seriamente em risco o cumprimento da actual legislação portuguesa, bem como das directivas comunitárias e internacionais assinadas e ratificadas pelo Estado português na área do Património cultural e que constituem atribuições do IGESPAR.

Na realidade, a ausência de pareceres técnicos em processos de licenciamento de obras públicas ou privadas, e no seu decurso, provocará o seu atraso/paragem, com os inerentes prejuízos e as ameaças à salvaguarda do Património arqueológico passível de ser afectado; a realização de trabalhos arqueológicos sem acompanhamento técni-

co e fiscalização por parte da tutela, não garante o cumprimento dos procedimentos legais previstos no Regulamento de Trabalhos Arqueológicos (RTA); a inexistência de representantes do IGESPAR nas Comissões de Avaliação de Estudos de Impacte Ambiental (EIA) e de Planos de Ordenamento põe em causa a política nacional de preservação e salvaguarda do Património cultural; a inserção/actualização de dados do inventário do Património e da actividade arqueológica e o respectivo processo de georeferenciação ficam comprometidos e podem significar a perda do seu valor legal e da sua utilidade na preservação e salvaguarda do Património arqueológico; os serviços do Parque Arqueológico do Vale do Côa ficam bastante afectados, nomeadamente nos sectores relacionados com a planificação de conteúdos para o futuro Museu do Côa e a divulgação das actividades do Parque junto das escolas. Perante este cenário, a economia cultural ligada a este sector irá também sair afectada de uma forma indirecta e a médio/longo prazo. A falta de decisões atempadas, o incumprimento de protocolos ou a não participação nas Comissões de Avaliação têm custos elevados, com repercussões económicas e sociais numa actividade que neste momento conta certamente com mais de um milhar de profissionais (de várias áreas e distintas formações) e cerca de 50 empresas de Arqueologia que, inevitavelmente, se vão ressentir do decréscimo, que se desenha, da actividade arqueológica.


Como se não bastasse a ausência do cumprimento das obrigações institucionais, existe ainda a agravante de não se responder aos anseios de uma classe profissional, que deseja a regulamentação da legislação existente, designadamente da Lei de Bases do Património cultural, e a revisão do Regulamento de Trabalhos Arqueológicos, a manutenção de uma máquina expedita com reforço na fiscalização e promoção qualitativa do sector, a definição de uma política interventiva com retorno social e a responsabilização/penalização efectiva das más práticas profissionais.

Os acontecimentos dos últimos dias de Dezembro de 2007 não são apenas significativos para quem tem o papel de gerir e salvaguardar o Património arqueológico, mas para todos os profissionais associados a esta actividade. O futuro devia passar pela implementação de uma política onde a legislação, as normas, os procedimentos, o ordenamento do território, a gestão da infor-

mação arqueológica e o exercício da profissão de arqueólogo fossem factores de progresso e de preservação do Património cultural deste país.

A definição de uma estratégia política para o Património cultural, com objectivos definidos, é essencial. É preocupante a ausência de uma filosofia de gestão do território a nível nacional, na vertente do Património arqueológico, no momento em que decorre a definição das estratégias das Regiões Plano, a revisão dos Planos Municipais de Ordenamento do Território, a definição do novo Quadro Comunitário de Apoio e a revisão dos procedimentos de EIA. Tudo isto poderá comprometer qualquer acção que se pretenda desenvolver a médio/longo prazo. Verifica-se ainda a ausência de uma estratégia sobre procedimentos conceptuais a aplicar no exercício da actividade de Arqueólogo e sobre os problemas laborais de uma classe, designadamente sobre a necessidade de certificação empresarial ou sobre a criação de mecanismos de protecção aos profissionais do sector, sob a alçada do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social.

É fundamental a existência de um debate sério e alargado sobre as regras de exercício da actividade e sobre as metodologias de intervenção, bem como a revisão e regulamentação da legislação em vigor e, sobretudo, a sua aplicação. É também indispensável o investimento na investigação arqueológica e na valorização patrimonial e a implementação de mecanismos de sustentação da Arqueologia na sociedade, através de sistemas de indicadores estatísticos e da divulgação pública generalista dos resultados dos trabalhos (associada à obrigatória mas não aplicada publicação científica).

Para que haja o cumprimento das obrigações institucionais, observância da prática profissional e resposta aos anseios da comunidade arqueológica, o Estado deve estar munido das ferramentas técnicas, dos meios legais e dos meios humanos necessários. Assim, além de se exigir qualidade e responsabilidades aos Arqueólogos, os seus agentes institucionais devem estar sujeitos a um regime de exclusividade, de responsabilidade e de avaliação e de exigência equitativa, que terão como contrapartida um vínculo laboral estável, formação contínua, delegação de competências e reforço das equipas e dos necessários meios técnicos. 

3 de Janeiro de 2008